

ECONOMIA - BRASIL

CONJUNTURA

Política industrial concentra renda, diz Arbix

Presidente do Ipea defende apoio a setores estratégicos, mas diz que isso não criará empregos

MARIANA BARBOSA

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Glauco Arbix, afirmou ontem que política industrial concentra renda e não gera aumento de emprego. “A experiência nacional e internacional mostra que toda política industrial é concentradora de renda. O desafio é: como desenvolver uma política industrial que, se vier a concentrar renda, o faça com o mínimo de es-

trago possível?”, disse ele.

O sociólogo, que junto com sua equipe no Ipea está ajudando a elaborar a política industrial do governo, afirmou que ela deverá sair do papel dentro de 15 a 30 dias. Arbix disse, no entanto, ainda não saber quais os objetivos do governo. “O governo não disse ainda a que veio nessa área, e essa é a minha angústia.”

Mas, se não disse a que veio, ao menos disse ao que não veio: “Não vamos repetir o desenvolvimentismo das décadas de 60 e 70, ou a falta de ação da década de 90”.

Na avaliação de Arbix, a política industrial do governo Luiz Inácio Lula da Silva deve estimular alguns poucos setores estratégicos



Ernesto Rodrigues/AE

Arbix: anúncio sairá em 30 dias

para que tenham capacidade de competir nos padrões internacionais e, com isso, contribuir para a redução da vulnerabilidade externa do País. Ele citou, a título

de sugestão para o governo, os setores de microeletrônica, fármacos, software e bens de capital. Ele ressaltou que só faz sentido falar em política industrial se ela for integrada a políticas de comércio exterior e de desenvolvimento tecnológico. “Se tivéssemos investido em microeletrônica no passado, não teria-

mos hoje um rombo de US\$ 7 bilhões nas contas externas. Temos de montar um sistema seletivo e plantar para que em 4, 5 ou 6 anos

não tenhamos vulnerabilidade externa.”

Para reduzir o grau de concentração da política industrial, Arbix recomenda

que o governo estabeleça objetivos e prazos e conceba mecanismos de avaliação. “A política tem de ter metas e ser finita no tempo. Senão, vira muleta para o setor produtivo

Glauco Arbix, do Ipea

tivo, financiando a ineficiência”, disse o presidente do Ipea, que participou ontem do Fórum de Políticas Públicas da Universidade de São

Paulo, criado em dezembro para promover uma aproximação entre o mundo acadêmico e o poder público.

Subsídios – Ao dizer que o Estado brasileiro concede anualmente R\$ 40 bilhões em renúncia fiscal e subsídios diretos e indiretos, Arbix insistiu em que é preciso haver reciprocidade do setor privado. “As empresas precisam se mostrar merecedoras dos benefícios. Estes podem, por exemplo, ser progressivos. Se cumpre uma meta, você dá o subsídio depois”, disse ele, lembrando que o governo Lula não tem problemas ideológicos em conceder subsídios. “Não temos problema em subsidiar, o problema é como ter retorno.”